

Estado de São Paulo

Artigo 4.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Firmino Rocha de Freitas

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

# DECRETO N.º 48.473, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — De conformidade com o disposto no artigo 102, da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, fica aberto na Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria (Administração Geral do Estado), um crédito de NCr\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros novos), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:

PARÁGRAFO 17	
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	
183 — Autonomias Orçamentárias do Estado	
DESPESAS CORRENTES	
Transferências Correntes	
Subvenções Sociais	
Instituições Estaduais (Ensino Superior)	
1040 — Subvenções sociais e instituições do Estado	
3 — Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu	
	NCr\$
	385.000,00

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de redução, das dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

	NCr\$
C.L. 39 — 3.1.1.0 — 05 — 3.1.1.1 — item 0101	85.000,00
C.L. 53 — 3.1.1.0 — 05 — 3.1.1.1 — item 0101	100.000,00
C.L. 55 — 3.1.1.0 — 05 — 3.1.1.1 — item 0101	200.000,00
Soma	385.000,00

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arróbas Martins

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios, do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco — Diretor Geral, Substituto

# DECRETO N.º 48.474, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica suplementada na importância de NCr\$ 8.244,00 (oito mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros novos) a dotação do orçamento vigente abaixo discriminada e atribuída ao Poder Legislativo:

## 2 — SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

	NCr\$
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.2.0 09 — Equipamentos e Instalações	
4.1.2.4 — Automóveis, Autocaminhões e outros Veículos de Tração Mecânica	
2152 — Outros veículos de tração mecânica	8.244,00

Artigo 2.º — Para atender à suplementação de que trata o artigo anterior, fica reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

## 2 — SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

	NCr\$
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.2.0 09 — Equipamentos e Instalações	
4.1.2.4 — Automóveis, Autocaminhões e outros Veículos de Tração Mecânica	
2150 — Automóveis e autocaminhões	8.244,00

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arróbas Martins

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios, do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco — Diretor Geral, Substituto

# DECRETO N.º 48.475, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Indica os recursos orçamentários para a contratação de pessoal pelo regime trabalhista.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o orçamento vigente não consigna recursos específicos para a contratação de pessoal pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando que já se encontra em fase final de elaboração o orçamento para o exercício de 1968, no qual, igualmente, não estão previstos recursos da mesma natureza;

Considerando que há necessidade de uniformizar a utilização de recursos para essa contratação,

Decreta:

Artigo 1.º — A despesa com a contratação de pessoal pelo regime trabalhista somente poderá onerar dotações consignadas no orçamento vigente sob o título "Ampliação de Serviços Públicos".

Parágrafo único — A mesma norma será observada no exercício de 1968.

Artigo 2.º — No corrente exercício, o disposto no "caput" do artigo 1.º, não se aplica às entidades Autárquicas e Institutos Isolados do Ensino Superior.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 31 de maio de 1967.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arróbas Martins

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

# DECRETO N.º 48.476, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Dispõe sobre atualização de tarifas e multas que especifica e dá outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam reajustadas, na conformidade da Tabela anexa, as tarifas constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44.214, de 11 de dezembro de 1964.

Artigo 2.º — Passam a vigorar com a seguinte redação os artigos 28, 31, 32, 33 e seus parágrafos, do Regulamento referido no artigo anterior:

"Artigo 28 — Quem executar qualquer serviço que prejudique as instalações públicas da rede de água, será obrigado a indenizar o dano causado, pagando os consertos ou reconstruções exigidas, que serão executadas pelo DOS-SPG, além da multa de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos)".

"Artigo 31 — Incurrerá em multa, terá o suprimento de água interrompido e ficará obrigado ao pagamento dos consertos necessários, aquele que:

a) fizer ligações clandestinas;

b) utilizar-se de ligações de outrem para suprir-se de água;

c) retirar água diretamente da canalização distribuidora de água pública ou ramal domiciliar, por meio de bomba ou outros dispositivos de sucção;

d) servir a outro prédio ou a terceiros, por derivação de sua instalação de água;

e) danificar o hidrômetro, impedir ou alterar o seu funcionamento; ou

f) manter na instalação interna, tubulações livres que possam provocar contaminação ou desperdício de água.

§ 1.º — Nos casos previstos neste artigo, o suprimento de água somente será restabelecido depois da eliminação dos danos causados e do pagamento da multa, da despesa de religação de água, conforme alínea "d" do item II, da Tabela de Tarifas anexa e da importância relativa aos consertos.

§ 2.º — E' fixada a multa de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) pela infração das disposições deste artigo.

"Artigo 32 — Incurrerá em multa e terá a ligação de água suprimida, aquele que, sem autorização da Repartição, efetuar por sua conta a religação de água ou a retirada do hidrômetro. No primeiro caso, o DOS-SPG somente procederá à religação de água depois do pagamento da multa e da despesa de reabertura, conforme alínea "d" do item II da Tabela de Tarifas anexa, do débito existente e da importância orçada para nova ligação, ou se o interessado assumir compromisso, por escrito, de pagar as despesas que ocorrerem com a nova ligação. No segundo caso, além das despesas referidas, o interessado deverá pagar, ainda, as despesas de substituição ou recolocação do hidrômetro, conforme alínea "e", do item II, da mencionada Tabela de Tarifas.

Parágrafo único — A infração das normas deste artigo sujeitará o infrator à multa de NCr\$ 6,00 (seis cruzeiros novos)".

"Artigo 33 — Todos os serviços requeridos pelo interessado, tais como ligações, substituição ou recolocação de hidrômetros, verificações de excesso, etc., desde que iniciado o seu processamento pela Repartição, por intermédio de prévia vistoria ou outra qualquer providência, sujeitará o interessado, no caso de assistência, ao pagamento da despesa de vistoria, conforme alínea "f", do item II, da Tabela de Tarifas anexa".

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Eduardo Riomey Yassuda

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto.

## TABELA ANEXA AO ARTIGO 1.º DO DECRETO N.º 48.476, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

TABELAS DE TARIFAS	NCr\$
I — Consumo de água.	
a) Valor correspondente a um consumo até 25 m3 (vinte e cinco metros cúbicos), por economia e por mês	1,50
b) Valor variável correspondente a um consumo excedente ao limite fixado na alínea anterior, por metro cúbico	0,10
II — Despesas processuais:	
a) Imposta do ramal domiciliar	3,30
b) Abertura	1,60
c) Substituição e aferição de hidrômetro	4,80
d) Religação por falta de pagamento ou quaisquer outras infrações	1,60
e) Substituições ou recolocação de hidrômetro	4,80
f) Vistorias	3,20
São Paulo, de 1967.	

## DECRETO N.º 48.477, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Prorroga os prazos para a extinção de pecúlios e para o revigoramento de inscrição na Carteira Predial do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, previstos nos decretos que especifica

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — A extinção dos pecúlios, na forma determinada pelo artigo 1.º, parágrafos 1.º e 3.º do Decreto n.º 46.829, de 1.º de outubro de 1966 e o revigoramento de inscrição na Carteira Predial autorizada pelo artigo 5.º do citado diploma e Decretos 47.495, de 5 de janeiro de 1967, 47.912, de 17 de abril de 1967, e 48.264, de 14 de julho de 1967, ficam prorrogados até 20 de outubro do corrente ano.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Ciro de Albuquerque

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

## DECRETO N.º 48.478, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Altera a relação a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 47.664, de 26-1-1967, a fim de declarar facultativo o ponto no dia 15 de setembro, em Cândido Mota

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado facultativo o ponto nas repartições públicas estaduais localizadas no município de Cândido Mota no dia 15 de setembro de cada ano.

Artigo 2.º — Em consequência do disposto no artigo anterior fica alterada a relação a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 47.664, de 26 de janeiro de 1967 na seguinte conformidade: "1.º) Cândido Mota 15-9."

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirêles

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

## DECRETO N.º 48.479, DE 14 DE SETEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a integração do "Festival da Música Popular Brasileira" no Calendário Turístico do Estado

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando que compete à Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo, a divulgação e o apoio a comemorações que representem efetivo interesse turístico;

Considerando que a música, o seu ensino e a sua divulgação, assim como o patrimônio que constitui, devem ser constante preocupação dos Governos;

Considerando que a música popular é a própria alma de cada povo, que através de suas manifestações mais autênticas inclusive depõe para a história e se assenta como repositório sociológico;

Considerando que os chamados festivais de música, além de preservarem as tradições e de marcarem com exatidão o momento musical em que se manifestam, estabelecem novos estímulos e oportunidades para a relevação de novos talentos;

Considerando que, através das transmissões radiofônicas e de televisão, o Festival da Música Popular promovido e organizado pela TV-Record de São Paulo, tem alcançado repercussão nacional e mesmo ultrapassado as fronteiras do País, dando viva demonstração do nível de cultura popular do Estado e do elevado índice do seu ambiente artístico;

Decreta:

Artigo 1.º — O "Festival da Música Popular Brasileira" promovido e organizado pela TV-Record de São Paulo, e que se realiza anualmente em nossa Capital, passa a fazer parte integrante do Calendário Turístico do Estado.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de setembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Orlando Gabriel Zancaner

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto